



Cartas sobre o artigo “Assistência espiritual em cuidados paliativos como uma atuação profissional”

O corpo-editorial da REVER: Revista de Estudos da Religião agradece as manifestações e reconhece a legitimidade das reclamações recebidas sobre o artigo em questão. De fato, somos um periódico focado na divulgação de trabalhos e discussões sobre o estudo científico da religião, e debates de filosofia e teologia deveriam ser relegados a revistas destas áreas respectivas. Reiterando nosso compromisso com a disciplina no Brasil e trabalharemos para que tal equívoco não se repita em números posteriores da revista.

Na sequência, publicamos na íntegra as missivas de dois leitores.

Comentários sobre uma possível incoerência com a política editorial da REVER no último dossiê temático

*Valdirene Ribeiro**

Caros editores da REVER. Escrevo para expressar minhas colocações sobre o último número da revista, composto por um conteúdo muito enriquecedor, dirigindo-se especialmente ao meu objeto de estudo; a saber, o diálogo entre religião e cuidados paliativos. Vários artigos vieram corroborar com a finalização da minha pesquisa.

Porém, ao ler o artigo “Assistência espiritual em cuidados paliativos como uma atuação profissional”, elaborados pelos autores Marcia Regina Chizini Chemin e Waldir Souza, observei que se trata de algo unicamente para formados em cursos de teologia, da legalização da profissão da pessoa graduada em teologia, da quantidade de vagas e formações para teólogos, esclarecendo sobre sua formação acadêmica, pareceres e Diretrizes Curriculares Nacionais.

Após a leitura deste artigo, considerei que ele não deveria ter sido publicado nesta revista. O que está em questão aqui não é o mérito do trabalho. O texto tem muito conteúdo, mas é específico para o profissional da área da teologia, não tendo qualquer aplicação para uma pessoa formada em ciência da religião ou qualquer outra ciência. Consultando as normas e objetivos da REVER, deparei-me especificamente com a norma de número 2, que diz que “artigos de viés teológico ou filosófico devem ser submetidos a uma revista especializada em teologia ou filosofia” (REVER, 2020, on-line). Já na descrição do propósito editorial da REVER, é dito no website de vocês que

* Mestra em Ciência da Religião (PUC-SP). ORCID: 0000-0001-8104-9057 – contato: ribeiraoval@hotmail.com

Seus objetivos são informar o leitor sobre a pesquisa corrente e propiciar uma discussão metateórica sobre ciência da religião. Ao mesmo tempo, a REVER pretende servir de elo com a discussão acadêmica internacional, abrindo espaço para artigos de autores de outros países (REVER, 2020, on-line).

Em vários eventos do Programa de vocês, PUC-SP, foi comentado como teólogos e cientistas da religião disputam as mesmas vagas de inserção profissional, e que embora corriqueiramente os espaços da ciência da religião abram as portas para teólogos atuarem, o mesmo não ocorre nos espaços da teologia. Ou seja, teólogos não abrem espaços para cientistas da religião trabalharem com eles em cursos de teologia. Nesse sentido, espanta-me que vocês continuem indo contra as próprias normas da revista de vocês para continuar fornecendo espaço de discussão e fomento profissional para teólogos.

Estranha-me mais ainda isso ter sido aprovado sendo que vocês tem como editores pessoas como Frank Usarski e Fábio Stern, ambos críticos públicos desse tipo de promiscuidade entre a teologia e a ciência da religião. Conforme Stern (2018, p. 85) citou em um artigo,

Dos 98 professores permanentes [em programas de teologia], 80 (82%) são doutores em teologia. A abertura para doutores em ciência da religião é pequena nesses programas: apenas 5 (5%) dos professores são doutores nessa área, 1 (1%) professor possui tanto doutorado em teologia quanto em ciência da religião, e cinco dos oito PPG em teologia existentes não empregam atualmente nenhum doutor em ciência da religião [...]

Enquanto participe da comunidade da ciência da religião, causou-me decepção o artigo ora publicado, uma vez que esse conteúdo não abre margem para qualquer atuação de profissionais também advindos da ciência da religião. A decisão editorial de ter publicado tal trabalho pareceu-me distinta das percepções que até agora amalhei sobre o programa da PUC-SP e sobre a própria REVER enquanto periódico desta disciplina.

Este artigo fomentou uma série de questionamentos a respeito do posicionamento científico e profissional de vocês, os quais eu gostaria muito que fossem endereçados pelo corpo editorial da revista e também pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da PUC-SP. Qual a contribuição ou aplicabilidade deste texto para um cientista da religião? Será que eu é que não consigo ver essa contribuição, por minha própria limitação acadêmica? Ou será que ocorreu um equívoco aqui e esse trabalho não deveria, de fato, ter sido publicado? Como fica, nesse caso, o comprometimento de vocês com os egressos do curso de ciência da religião?

Referências

CHEMIN, M. R. C; SOUZA, W. Assistência espiritual em cuidados paliativos como uma atuação profissional. REVER, São Paulo, v.20, n.2, pp.153-169, 2020.

REVER. Revista de Estudos da Religião. [2020]. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/about>>. Acesso em: 10 out. 2020.

STERN, F. L. A criação da área de avaliação “Ciências da Religião e Teologia” na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Espaços, São Paulo, v. 26, n. 1, pp. 73-91, 2018.

Descontextualizações e a função crítica da Ciência da Religião

*Nestor Figueiredo***

No recente dossiê “Espiritualidade e saúde: a emergência de um campo de pesquisa interdisciplinar”, publicado pela revista *Rever* (v. 20, n. 2 de 2020), apareceu um artigo bastante incomum, para dizer o mínimo, contrariando o que preconiza as diretrizes do próprio periódico, em flagrante inadequação. Trata-se do artigo “Assistência espiritual em cuidados paliativos como uma atuação profissional” (Chemin; Souza, 2020). O periódico, em sua sessão de Políticas Editoriais, no item “Foco e Escopo”, alega destinar-se à “discussão metateórica em torno da Ciência da Religião” (REVER, 2020a, § 1), vedando expressamente em suas “Normas de Publicação” artigos de viés teológico ou filosófico (REVER, 2020b, norma n. 2), acrescentado de forma acertada uma recomendação para que tais submissões sejam encaminhadas a uma revista especializada em teologia ou filosofia.

Não entrando no mérito da qualidade e competência do texto teológico em foco, o fato é que seus autores ignoram completamente o escopo da revista (em certo sentido, “ignorando” também a própria revista), na medida em que não fazem qualquer menção à Ciência da Religião que justifique, ainda que de maneira tênue, uma tal publicação. Ao invés disso, o artigo discute e afirma seus interesses em relação à atuação profissional teológica no cuidado paliativo de pacientes em ambiente hospitalar, isto é, fora da fronteira e competência confessionais, sob o rótulo de “espiritualidade”. O artigo, claramente, não foi pensado para ser veiculado numa revista de Ciência da Religião, especialmente numa que tem como foco a metateoria da disciplina. Se o periódico pretende abordar o discurso sobre “espiritualidade e saúde” (acredito que deva do seu ponto de vista), precisaria pautar-se primeiramente por suas diretrizes, não acolhendo textos que violem suas normas e linha editorial.

A partir desse artigo descontextualizado na revista, podemos abordar a questão de fundo que deve nos interessar, considerando três pontos de partida em relação ao discurso sobre “espiritualidade e saúde”: o da Ciência da Religião, o da Teologia e o da Medicina, cabendo à primeira analisar as instâncias ideológicas que atuam nesse processo, com base numa perspectiva crítico-redescritiva, ao invés de endossá-lo, em muitos casos, como algo que supostamente romperia as fronteiras da religiosidade sistêmica. Aqui, seria oportuno resgatar um artigo do cientista da religião Frank Usarski (coincidentemente o editor-chefe da *Rever*), onde ele ressalta exatamente essa função da disciplina (Usarski, 2001), isso “se quisermos ser conhecidos como cientistas e não apenas um grupo de pessoas legais envolvidas em conversas interessantes” (Geertz, 1997, p. 29-30, tradução nossa).

Nesse sentido, uma das formas de exercer esse potencial crítico é refletir sobre as “implicações ideológicas de outras disciplinas” (Usarski, 2001, p. 6). Por isso mesmo,

** Programa de Ciências das Religiões da UFPB (João Pessoa-PB). ORCID: 0000-0001-7180-299X – contato: mgs3000@hotmail.com

haveria além de “discursos públicos sobre fenômenos religiosos” e “mecanismos internos da Religião e seus efeitos individuais e sociais”, o que o autor chama de “terceiro destinatário” da crítica à ideologia: “comunidades científicas engajadas no estudo sobre questões religiosas de acordo com normas metateóricas diferentes das da Ciência da Religião” (Usarski, 2001, p. 6). E esta “competência crítica da disciplina” está diretamente relacionada, por exemplo, à crítica de escolhas lexicais inadequadas, como parece ser o caso do uso do termo “espiritualidade” como algo que escaparia da esfera do religioso impunemente, na medida em que o uso de um termo de maneira acrítica seja também afirmativo de uma tendência ou tradição religiosa.

Para o autor, a Ciência da Religião, pois, citando Jacques Waardenburg, “não deve aceitar ingenuamente articulações religiosas como aparecem à primeira vista, mas tem que investigar os motivos que estão na sua base, nas suas interpretações e suas práticas”, principalmente no tocante à “função crítica que a Ciência da Religião pode exercer em diálogos interdisciplinares”, chamando para si a tarefa de prover um quadro referencial quanto à “coleta de dados, à sistematização de resultados e à divulgação de suas conclusões” (Usarski, 2001, p. 11, 13), contribuindo para um debate amplo, mas sem transigir suas prerrogativas, principalmente essa dimensão crítica da disciplina que o texto de Usarski desenvolve numa direção mais ampla do que estas poucas referências sugerem.

Do ponto de vista teológico, recorreremos a uma conferência proferida recentemente pelo professor Guy Jobin (Université Laval, Quebec) durante a abertura do X Congresso Internacional em Ciências da Religião, com o tema “Religião, espiritualidade e saúde: os sentidos do viver e do morrer”, realizado pela PUC-GO, em 2020, intitulada “Entre la sagesse et la prophétie. Quel est le rôle de la théologie dans le domaine d’études sur la spiritualité et la santé?” Desta apresentação, destacamos a perspectiva crítica deste autor em relação ao que chama de “interesse biomédico e clínico pela experiência espiritual”, a partir de “representações da espiritualidade e de tradições religiosas”, que abriria espaço para a antinomia espiritualidade religiosa/ espiritualidade secular, no contexto de perguntas que a teologia deveria fazer como: “o que esse fenômeno diz sobre espiritualidade” e como é inspirado, “conscientemente ou não, nas tradições religiosas anteriores?” (Jobin, 2020, online, tradução nossa).

Para o estudioso francês, esse “discurso biomédico e clínico sobre espiritualidade” deve, a partir de uma abordagem teológica crítica, por exemplo, ser analisado em suas “modalidades do biopoder sobre a experiência espiritual”, uma vez que estaria submetida a um “processo de medicalização, seja por torná-la objeto de cuidado, seja por considerá-la coadjuvante do cuidado”. Contudo, para este autor, a experiência de pessoas doentes não deve ser “o objeto de cuidado, mas a oportunidade de apoio”. É interessante observar, sobretudo, a definição que Jobin emprega para o fenômeno: “medicalização da experiência espiritual”, e a perspectiva com a qual a teologia poderia abordá-lo, denunciando o que ele chama de “processo de redução” (Jobin, 2020, online, tradução nossa), de uma espiritualidade (religiosa) e suas implicações teológicas, a uma ideia de bem-estar mental e físico. Poderíamos até dizer de uma pretensa “espiritualidade” médica ou medicinal.

Do ponto de vista da área médica, tiramos do texto de John Paley (Sheffield Hallam University, UK), um crítico dessa questão, algumas importantes considerações. Por

exemplo, e de forma bem direta, ele afirma que “a função da conversa sobre ‘espiritualidade’ na área da saúde é mudar a denotação de ‘espiritual’ e anexar suas conotações indelevelmente religiosas a tantos conceitos e práticas relacionados à saúde quanto possível” (Paley, 2015, p. 213, tradução nossa). Seu artigo “Why the cognitive science of religion cannot rescue ‘spiritual care’” demonstra que a Ciência Cognitiva da Religião (CCR) não fornece justificativa para a ideia de cuidado espiritual nos serviços de saúde. Segundo Paley, “os teóricos da CCR raramente falam sobre espiritualidade, exceto na medida em que a associam, de forma irrestrita, ao discurso religioso”. No entanto, continua o autor, “a literatura sobre saúde geralmente insiste que a espiritualidade é bastante distinta de religião”, considerada apenas uma forma (entre muitas outras) de expressão espiritual, concluindo: “na verdade, a maioria dos autores rejeita explicitamente qualquer definição de espiritualidade que a relacione muito intimamente com religião” (Paley, 2015, p. 17, tradução nossa).

Sobre a agenda da espiritualidade, a primeira questão que se coloca é que “a literatura acadêmica sobre ‘espiritualidade’ nos serviços de saúde é sobre classificação, especificamente o que deve ser classificado como uma ‘necessidade espiritual’ e o que deve ser classificado como ‘cuidado espiritual’”. Para o autor, o trabalho sobre CCR “não aborda essa questão e não tem a intenção de abordá-la. Os dois tópicos não têm nada em comum”. Além disso, essa questão seria ideologicamente orientada, envolvendo “mudar a denotação de ‘espiritual’, porém mantendo sua conotação”. Em outras palavras, muda-se ao que “espiritual” se refere, preservando uma “nuvem de associações religiosas que a palavra inevitavelmente possui” (Paley, 2015, p. 221, tradução nossa).

Outra crítica feita nessa direção diz respeito ao escopo daquilo que conta como necessidades espirituais. Trata-se de algo tão grande que “a menos que você já esteja preparado para buscar espiritualidade em todos os lugares, não há nada nela que requeira o adjetivo ‘espiritual’”. Assim, para quem não está motivado a interpretar as coisas em termos “espirituais” sempre que possível, não há uma boa razão para interpretar a “necessidade de relacionamentos” ou a “necessidade de toque” como algo a ver com espiritualidade. Onde a literatura vê “problemas espirituais”, o autor vê certas formas de angústia, “algumas delas nem mesmo questões clínicas autoevidentes e nenhuma delas tendo qualquer conexão com a ‘espiritualidade’”. Por que problemas psicológicos e emocionais intensos seriam “espirituais”? Por que qualquer um desses justificaria a descrição ‘espiritual’? Destas indagações do autor segue-se que o discurso da “espiritualidade” estaria sendo “aplicado a uma ampla gama de conceitos de saúde e doença que até recentemente funcionavam perfeitamente bem sem ele” (Paley, 2015, p. 222, tradução nossa).

Dirigindo-se à conclusão de seu artigo, Paley ainda questiona: “precisamos realmente de um adjetivo genérico para cobrir essa vasta gama de conceitos e situações não relacionados? Não entendo o porquê e ninguém se preocupa em explicar”. Contudo, caso isso seja feito, sua pergunta é: “por que esse? Por que ‘espiritual’? O que torna esse adjetivo preferido?” Sua resposta é que “espiritual” é o adjetivo escolhido porque tem conotações com religião, especialmente com o cristianismo, arrastando consigo uma vasta “matriz de associações religiosas inescapáveis”. Seu significado conotativo está colado à religião. Onde quer que a “espiritualidade” vá, ela é acompanhada por uma “nuvem de

significados religiosos”, permanecendo onerada pela “bagagem teológica acumulada ao longo dos séculos”. Além disso, os que “desejam disseminar o discurso da ‘espiritualidade’ nos cuidados de saúde estão efetivamente buscando criar e manter um espaço para sensibilidades religiosas nos serviços de saúde” (Paley, 2015, p. 222, tradução nossa).

Portanto, para o autor, insistir que “espiritualidade” não é o mesmo que “religião” não faz parte da distinção entre denotação e conotação: “você certamente pode tentar expandir a denotação de “espiritual” e incluir tudo, “mas você não pode desejar afastar a conotação, a gama de significados associativos que o termo possui indelevelmente”. De modo que, tratando das origens evolucionárias de religião, a CCR não estaria no negócio ideológico de aplicar “espiritual” a tantas situações relacionadas à saúde quanto possível (Paley, 2015, p. 222-223, tradução nossa). Sem podermos nos estender em qualquer consideração neste momento, apenas podemos fazer as mesmas perguntas que os autores trazidos aqui fizeram, especialmente se a Ciência da Religião e a Rever também estariam nesse mesmo negócio.

Aqui, devemos perguntar primeiramente, o que viria a ser um espírito do ponto de vista científico? Por derivação: o que seria uma espiritualidade nessa direção? Isto seria possível? A ciência, certamente, não é última palavra nessa ou em qualquer matéria, mas enquanto tal, precisa ter um posicionamento coerente com seus princípios. Assim, em que medida poderíamos aceder de forma justificável a uma espiritualidade que não seja necessariamente religiosa? Além disso, o que justificaria a ideia de integrar uma espiritualidade, que sempre é ou carrega o viés religioso tradicional, a um sistema público de saúde, num país laico? Não seria essa mais uma tentativa de contrabandear “cosmovisões religiosas” para dentro de uma área que não deveria de forma alguma abdicar de suas prerrogativas científicas? Por mais limitada que seja, uma ciência médica sempre deve se pautar por seus preceitos básicos norteadores de pesquisa e evidência. Essa é a nossa garantia para resultados válidos, pelo menos desse ponto de vista.

Apelar para uma espiritualidade (que sempre será religiosa no limite) deveria ser prerrogativa do campo religioso, e apenas deste campo. Entretanto, a área médica nos cuidados paliativos deve considerar o fato de que a assim chamada necessidade/cuidado espiritual é antes uma necessidade de origem religiosa sistêmica pura e simplesmente. Se se preferir usar para um tipo específico de assistência psicológica o termo “espiritualidade”, devemos sempre ter em mente que esse uso também será afirmativo do ponto de vista de uma cosmovisão religiosa, ou seja, de uma religiosidade, não importando muito de que expressão seja.

Por outro lado, caberia à Ciência da Religião analisar as instâncias ideológicas que atuam nesse processo, a partir de uma perspectiva crítico-redescritiva. Com isso em mente, podemos perguntar que interesses extra acadêmicos estariam operando nessa discussão envolvendo uma apropriação conceitual da área médica em relação ao termo “espiritualidade” como algo diferente de religião? É preciso considerar as implicações desse uso terminológico e o impacto positivo ou negativo que isto possa representar para as áreas envolvidas de uma maneira particular, e para a própria sociedade consumidora desse tipo de “serviço médico alternativo”, de uma forma geral.

A questão central, então, parece residir na possibilidade ou não de uma espiritualidade “médica ou medicinal” descolada de sua natureza religiosa. E logo aqui vemos

a importância e a necessidade, primeiramente, de uma crítica ao uso deste termo, discutindo esta tentativa de redefinição de espiritualidade, cujo processo viola tanto sua denotação quanto sua conotação. Por que não usar um termo próprio da área em foco, sem a necessidade de buscar um nome de conotação estritamente religiosa?

Por fim, e retornando ao texto de Usarski, a capacidade da disciplina de prover sua autocrítica, sempre revendo posições e atitudes do ponto de vista metateórico, deveria ser vista como uma condição imprescindível para o avanço de seu conhecimento científico. Assim, devemos submeter de forma crítica em atitude teórica a alegada emergência de um campo interdisciplinar nomeado por “espiritualidade e saúde”, terreno onde florescem congressos, dossiês, cursos, artigos etc., muitos dos quais, afirmativos de uma espiritualidade (religiosa) tomada como não religiosa, cuja ideologia subjacente precisa ser questionada a partir de um quadro metateórico própria da Ciência da Religião.

Portanto, se formos capazes de exercer essa autocrítica, teremos o direito de desenvolver todo o potencial de crítica a ideologias, que são inerentes à própria condição humana, na medida em que quaisquer “sistemas de conhecimentos ou de interpretação”, deva abrir “espaço para uma autorreflexão”, pois a própria disciplina Ciência da Religião “é ela mesma, afinal de contas, nada mais e nada menos do que um sistema que produz e reproduz conhecimento e interpreta realidade” (Usarski, 2001, p. 20), embora deva ser lembrado, sempre a partir de um ponto de vista científico, sendo este, sobretudo, o negócio da Ciência da Religião e, conseqüentemente, também o negócio da *Rever* e de qualquer revista que se habilite a trabalhar nesse tipo de atividade acadêmica.

Referências

CHEMIN, Marcia Regina Chizini; SOUZA, Waldir. Assistência espiritual em cuidados paliativos como uma atuação profissional. *Rever, Revista de Estudos da Religião*, v. 20, n. 2, 2020, p. 153-169.

GEERTZ, Armin W. Theory, definition, and typology: reflections on generalities and unrepresentative realism. *Temenos*, v. 33, 1997, p. 29-47.

JOBIN, Guy. Entre la sagesse et la prophétie. Quel est le rôle de la théologie dans le domaine d'études sur la spiritualité et la santé? Conferência proferida no X Congresso Internacional em Ciências da Religião. *Religião, espiritualidade e saúde: os sentidos do viver e do morrer*. PUC-GO, 21-23 outubro, 2020.

PALEY, John. Why the cognitive science of religion cannot rescue ‘spiritual care’. *Nursing Philosophy*, n. 16, 2015, p. 213–225.

REVER, Políticas Editoriais/ Foco e escopo, § 1, 2020a. Acesso: 25/10/2020. Em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/about/editorialPolicies#focusAndScope>.

REVER. Políticas Editoriais/ Normas de publicação 2, 2020b. Acesso: 25.10.2020. Em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/about/editorialPolicies#focusAndScope>.

USARSKI, Frank. O potencial da Ciência da Religião de criticar ideologias – um esboço sistemático. *Rever, Revista de Estudos da Religião*, n. 2, 2001, p. 1-20.